# Paulo Lôbo

# Direito Civil

Parte Geral

12ª edição 2023





Diretoria executiva Flávia Alves Bravin

Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos Gerência de produção e projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza

Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)

Estevão Bula Gonçalves

Design e Produção Daniele Debora de Souza (coord.)

Flavio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva

Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Ciritia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva

Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fabio Kato

Revisão Ana Cortazzo

Capa Deborah Mattos

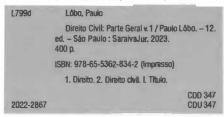
Adaptação de capa Lais Soriano Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

### obra completa 978-85-536-0772-3

## DADOS INTERNACIONAIS OE CATALDGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) VAGNER RODOLFO DA SILVA — CRB-8/9410



### Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347 2. Direito civil 347

1228402

Data de fechamento da edição: 17-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 15794 CL 608067 CAE 816271

# Sumário

Aprese	entação	15
Capítu Conteú	ULO   Údo do Direito Civil Contemporâneo	17
1.1. 1.2. 1.3. 1.4. 1.5. 1.6. 1.7.	Conceito e Dimensão do Direito Civil	17 18 21 26 3• 33 34 36
Capíti		39
<ol> <li>2.1.</li> <li>2.2.</li> <li>2.3.</li> <li>2.4.</li> <li>2.5.</li> <li>2.6.</li> </ol>	<ul> <li>Direito Civil no Brasil Colônia</li> <li>Direito Civil no Império</li> <li>Direito Civil após a República</li> <li>Direito Civil e Constituição</li> <li>Constitucionalização dos Principais Institutos de Direito Civil</li> <li>Direito Civil no Estado Laico</li> </ul>	39 41 43 49 52
	ulo <b>III</b> pios do Direito Civil	57
3.1. 3.2. 3.3. 3.4. 3.5.	Princípios Jurídicos Princípio da Dignidade da Pessoa Humana Princípio da Solidariedade Princípio da Igualdade Princípio da Liberdade	57 62 65 68 72

3.6. 3.7.	Princípio da Autonomia Privada
3.8.	Princípio da Boa-Fé
CAPÍT	ulo <b>IV</b>
	a Física e Outros Sujeitos de Direito
4.1.	Conceito de Pessoa
4.2.	Sujeito de Direito e Entes Não Personalizados
4.3.	Nascituro
4.4.	Tempo da Pessoa Física: Início e Término
4.5.	Registro Civil da Pessoa Física
4.6.	Nome da Pessoa Física
4.7.	Capacidade Jurídica
4.8.	Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência
4.9.	Capacidade de Agir
4.10.	Absolutamente Incapaz
4.11.	Relativamente Incapazes
4.12.	Capacidade Relativa do Índio
4.13.	Maioridade
4.14.	Emancipação
4.15.	Outros Modos de Cessação da Incapacidade Civil
4.16.	Domicílio Físico e Eletrônico e Residência
4.17.	Ausência
C í -	ULO <b>V</b>
	os da Personalidade
Direito	
5.1.	Noção e Características dos Direitos da Personalidade
5.2.	Tipicidade dos Direitos da Personalidade
	5.2.1. Direito à vida
	5.2.2. Direito geral à liberdade
	5.2.3. Direito à integridade física e psíquica
	5.2.4. Direito à privacidade
	5.2.5. Direito à intimidade e à vida privada
	5.2.6. Direito ao sigilo
	5.2.7. Direito à imagem
	5.2.8. Direito à honra
	5.2.9. Direito à identidade pessoal
5.3.	Dados Pessoais
5.4.	Liberdade de Expressão e Direito de Resposta e Retratação
5.5.	Direito ao Esquecimento
5.6.	Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica

	JLO VI a Jurídica
6.1.	Conceito e Abrangência da Pessoa Jurídica
6.2.	Funções e Teorias sobre a Pessoa Jurídica
6.3.	Elementos da Pessoa Jurídica
6.4.	Atos Constitutivos e Efeitos do Registro da Pessoa Jurídica
6.5.	Órgãos da Pessoa Jurídica
6.6.	Desconsideração da Personalidade Jurídica
6.7.	Entidades Não Personificadas
6.8.	Associações Civis
	6.8.1. Direito de ser associado
	6.8.2. Categorias de associados
	6.8.3. Direitos e deveres dos associados entre si e em face
	da associação
	6.8.4. Igualdade de direitos dos associados
	6.8.5. Direito à restituição das contribuições patrimoniais
	6.8.6. Direito à quota do patrimônio da associação
	6.8.7. Desligamento e exclusão de associado
	6.8.8. Órgãos da associação
	6.8.9. Extinção da associação
6.9.	Fundações de Direito Privado
6.10.	Organizações Religiosas
6.11.	Extinção das Pessoas Jurídicas de Direito Privado
6.12.	Domicílio das Pessoas Jurídicas de Direito Privado
	υιο <b>VII</b>
Bens (	e Coisas
7.1.	Conceito de Bens e Coisas
7.2.	Patrimônio
7.3.	Bens Imóveis
7.4.	Bens Móveis
	7.4.1. Situação jurídica dos animais
7.5.	Bens Fungíveis
7.6.	Bens Consumíveis
7.7.	Bens Divisíveis
7.8.	Bens Singulares e Coletivos
7.9.	Bens Principais e Acessórios
7.10.	Pertenças
7.11.	Benfeitorias
7.12.	Bens Públicos

	ULO <b>VIII</b> Iurídicos Civis	221
8.1.	Conceito de Fato Jurídico	221
8.2.	Do Suporte Fático ao Fato Jurídico	222
8.3.	Planos do Mundo do Direito	226
8.4.	Classificação dos Fatos Jurídicos	230
8.5.	Fatos Jurídicos em Sentido Estrito	232
8.6.	Atos-Fatos Jurídicos	233
8.7.	Atos Jurídicos em Sentido Amplo	235
8.8.	Atos Jurídicos Lícitos	238
	JIO <b>IX</b>	0.41
Nego	cio Jurídico	241
9.1.	Conceito e Elementos do Negócio Jurídico	241
9.2.	Negócios Jurídicos Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais	246
9.3.	Outras Espécies de Negócios Jurídicos	248
9.4.	Requisitos de Validade do Negócio Jurídico	251
	9.4.1. Capacidade do agente	251
	9.4.2. Licitude, possibilidade e determinação do objeto	252
	9.4.3. Forma	254
9.5.	Exteriorização da Vontade e Interpretação do Negócio Jurídico	255
9.6.	Representação	260
	9.6.1. Representação legal	264
	9.6.2. Representação convencional	265
	9.6.3. Representante	267
9.7.	Condição no Negócio Jurídico	269
9.8.	Termo e Prazo do Negócio Jurídico	272
9.9.	Encargo no Negócio Jurídico	275
CAPÍT	ulo X	
Defeit	os dos Negócios Jurídicos	277
10.1.	Espécies de Defeitos	277
10.2.	Erro Substancial	278
10.3.	Dolo	282
10.4.	Coação	285
10.5.	Lesão	288
10.6.	Estado de Perigo	292
10.7	Fraude Contra Credores	202

-	JLO XI lade dos Negócios Jurídicos	298
11.1.	Plano da Invalidade	298
11.2.	Características Convergentes e Divergentes da Nulidade e	-,0
11.2.	da Anulabilidade	301
11.3.	Hipóteses de Nulidade	304
	11.3.1. Ilicitude do objeto ou do motivo determinante	304
	11.3.2. Impossibilidade do objeto	305
	11.3.3. Indeterminação do objeto	306
	11.3.4. Incapacidade absoluta	307
	11.3.5. Forma prescrita em lei	308
	11.3.6. Preterição de solenidade	308
	11.3.7. Fraude à lei imperativa	308
	11.3.8. Declaração taxativa em lei	310
11.4.	Simulação	310
11.5.	Conversão do Negócio Jurídico Nulo	313
11.6.	Anulabilidade	316
11.7.	Prazos de Decadência para a Anulabilidade	319
11.8.	Conservação do Negócio Jurídico Inválido	320
	ULO XII	200
Hicitos	Civis	322
12.1.	Ilícitos Civis em Geral	322
12.2.	Sanç <b>ő</b> es ou Penas Civis	324
12.3.	Espécies de Ilícitos Civis	326
12.4.	Ato Ilícito	328
	12.4.1. Ato ilícito e contrariedade a direito	329
	12.4.2. Ato ilícito e imputabilidade	330
	12.4.3. A culpa como requisito do ato ilícito	331
12.5.	Pré-Exclusão de Ilicitude	334
12.6.	Ilicitude por Abuso do Direito	336
CAPÍT	υιο <b>XIII</b>	
Prescr	ição e Decadência	341
13.1.	O Tempo e o Exercício do Direito	341
13.2.	Prescrição	345
13.3.	Interrupção e Suspensão da Prescrição	349
	13.3.1. Causas de interrupção da prescrição	351
	13.3.2. Causas de suspensão da prescrição	353

13.4.	Prazos da Prescrição	355
13.5.	Decadência	359
CAPÍT	ulo <b>XIV</b>	
Prova	dos Fatos Jurídicos Civis	363
14.1.	Conteúdo e Espécies	363
14.2.	Confissão	366
14.3.	Documento	368
14.4.	Escritura Pública	373
14.5.	Documento Eletrônico	374
14.6.	Testemunho	376
14.7.	Perícia	380
Referê	incias	383

# Paulo Lôbo

# Direito Civil

Obrigações
volume 2

12ª **cd**ição

2024





Diretoria executiva Flávia Alves Bravin

Diretoria editoriat Ana Paula Santos Matos

Gerência de produção e projetos Fernando Perteado

Gerência de conteúdo e aquésicões Thais Cassoli Reato Cézar

Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Estevão Bula

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)

Rosana Peroni Fazolari Camilla Felix Cianelli Chaves Lais Soriano

Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila

Pinto

Diagramação Claudirene de Moura S. Silva

Revisão Amélia Ward

Capa Deborah Mattos Produção

oráfica Marii Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Ricargraf

## DADOS INTERNACIONAIS OE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) OE ACORDO COM ISBN

ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA -- CRB-8/9410

L799d L0bo, Paule Luiz Neto

Directo Civil - Volume 2 - Obrigações / Paulo Luiz

Neto L0bo. - 12. ed. - São Paulo: Saraiva.Jur,
2024. 376 p.

ISBN: 978-85-5362-313-6 (impresso)

1. Directo. 2. Directo civil. 1. Titulo.

CD

CD

CD

indices para catálogo sistemático:
347

1. Directo civil 347

2. Direito civil

Data de fechamento da edição: 06-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. 08RA 15725 CL 608826 CAE 842416

# SUMÁRIO

Apres	entação	٧
Capíto Direito	ulo I o das Obrigações	1
1.1. 1.2.	Direito das Obrigações	3
1.3.	Direito das Obrigações e Constituição	6
Capito Obrig	ulo <b>II</b> Jações Civis	9
	Conceito de Obrigações  Pressupostos das Obrigações  Distinção entre Dívida e Obrigação  Execução Forçada  Dívida e Responsabilidade  O Papel da Causa nas Obrigações  Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado.	9 10 12 12 14 18 19
3.1.	S das Obrigações  Classificação das Fontes  3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes  3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro	23 23 26 27
3.2.	Nossa Posição	29
_	JIO <b>IV</b> ão Jurídica Obrigacional	32
4.1.	Relação Jurídica Pessoal e Relativa	32

4.2. 4.3.	Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos
4.3. 4.4.	Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de
4.4.	Terceiros
4.5.	Tutela Externa do Crédito e Responsabilidade de Terceiros
4.6.	A Relação Obrigacional como Processo
	rulo <b>V</b> ação
5.1.	A Prestação como Objeto da Obrigação
5.2.	Direito à Prestação ou Direito de Crédito
5.3.	Licitude da Prestação
5.4.	Determinação da Prestação
5.5.	Possibilidade e Impossibilidade da Prestação
	5.5.1. Superendividamento: Impossibilidade Subjetiva da Prestação .
5.6.	Prestações Instantâneas e Duradouras
5.7.	Imputação de Responsabilidade
Capí	rulo <b>V</b> I
Deve	res Gerais de Conduta nas Obrigações
6.1.	Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta
6.2.	Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações
	6.2.1. Deveres de boa-fé pré e pós-obrigacionais
	6.2.2. Dever de boa-fé em não agir contra os atos próprios
6.3.	Dever de Realizar a Função Social
6.4.	Dever de Equivalência Material das Prestações
6.5.	Dever de Equidade
6.6.	Dever de Informar
6.7.	Dever de Cooperação
Capí	rulo <b>VI</b> I
Obri	gações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem
	nsão
7.1.	Direitos sem Pretensão
7.2.	Dívidas Prescritas
7.3.	Obrigações Judicialmente Inexigíveis
7.4.	Dívidas de Jogo e de Aposta
·	
	rulo VIII
Obri	gações de Fazer e de Não Fazer
8.1.	Primazia das Obrigações de Fazer

8.2.	Obrigações de Fazer
	8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer
	8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer
8.3.	Obrigações de Não Fazer
	8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer
	8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer
CAPÍT	υιο ΙΧ
	gações de Dar
_	
9.1.	Obrigações de Dar
9.2.	Obrigações de Dar Coisa Certa
	9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa
	9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos
9.3.	Obrigação de Restituir
9.4.	Obrigação de Dar Coisa Futura
9.5.	Obrigações de Dar Coisa Incerta
	9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta.
Сдріт	ulo X
	gações Alternativas
10.1.	Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha
10.1.	10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas
10.2.	<del>-</del>
	Impossibilidade da Prestação Alternativa
10.3.	Obrigações Facultativas
CAPÍT	ulo <b>XI</b>
Obrig	gações Indivisíveis e Divisíveis
11.1.	Obrigações Indivisíveis
11.2.	Obrigações Divisíveis
11.3.	Pluralidade de Participantes
	11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores
11.4.	Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível
C . = !=	
	υιο XII
Opri	gações Solidárias
12.1.	Obrigações Solidárias
12.2.	Solidariedade Ativa
12.3.	Solidariedade Passiva

	12.3.1. Mora na solidariedade passiva	1
12.4.	Na Fiança Não Há Solidariedade	1
12.5.	Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário	1.
12.6.	Rateio entre os Devedores Solidários	1.
12.7.	Impossibilidade da Obrigação Solidária	1
12.8.	Extinção da Obrigação Solidária	1
Capít	rulo XIII	
Trans	missão das Obrigações	13
13.1.	Transmissão de Créditos e Dívidas	1
13.2.	Cessão de Crédito	1.
	13.2.1. Forma da cessão de crédito	1.
	13.2.2. Notificação do devedor	1.
	13.2.3. Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão	1.
	13.2.4. Cessões legais de crédito	1
	13.2.5. Responsabilidades do credor cedente	1
	13.2.6. Créditos intransmissíveis	1
	13.2.7. Pluralidade de cessões de crédito	1
13.3.	Assunção de Dívida	1
	13.3.1. Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida	1
	13.3.2. Assunção de adimplemento	1
13.4.	Cessão de Contrato	1
13.1.	Cossuo de Contrato	•
CAPÍT	ulo XIV	
Adim	plemento	13
14.1.	Concepção do Adimplemento	1
14.2.	Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir)	1
14.3.	Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir)	1
14.4.	Objeto do Adimplemento	1
	14.4.1. Moeda como meio de pagamento	1
	14.4.2. Outros meios de pagamento	1
	14.4.3. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	1
	14.4.4. A correção monetária do valor da prestação	1
	14.4.5. Índices e parâmetros de atualização monetária	1
	14.4.6. Proibições e limitações de índices de correção monetária	1
	14.4.7. Correção monetária excessiva como cláusula abusiva	1
	14.4.8. Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes	1
14.5.	Prova do Adimplemento. Quitação	1
14 6	Lugar do Adimplemento	1

14.7. 14.8.	Tempo do Adimplemento. Prazo de Graça  Adimplemento Substancial	180 183
Сдріт	ulo XV	
	os Eventuais de Adimplemento	187
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais	187
15.2.	Consignação em Adimplemento	187
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação	193
15.4.	Imputação do Adimplemento	196
15.5.	Dação em Adimplemento	198
15.6.	Compensação	202
	15.6.1. Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação	207
	15.6.2. Hipóteses de exclusão da compensação	208
15.7.	Confusão	210
15.8.	Novação	212
15.9.	Remissão de Dívida	217
CAPÍT	ULO XVI	
Inadii	mplemento das Obrigações	220
16.1.	Inadimplemento em Geral	220
	16.1.1. Culpa ou dolo no inadimplemento	224
	16.1.2. Caso fortuito e força maior	225
16.2.	Mora	225
	16.2.1. Mora do devedor	228
	16.2.2. Mora do credor	230
	16.2.3. Purgação da mora	232
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor	233
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento	236
16.5.	Juros	239
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento	245
16.7.	Violação Positiva da Obrigação	249
16.8.	Inadimplemento Antecipado	252
CAPÍT	rulo XVII	
Cláus	sula Penal	253
17.1.	Características	253
17.2.	Funções da Cláusula Penal	254
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal	258
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade	260

	ações Oriundas de Atos Unilaterais	263
18.1.	Atos Unilaterais	263
18.2.	Promessa de Recompensa	263
18.3.	Concurso de Direito Privado	267
18.4.	Gestão de Negócios Alheios	269
18.5.	Enriquecimento sem Causa	272
18.6.	Pagamento Indevido	275
	JLO XIX nsabilidade Civil em Geral	279
19.1.	Dimensões da Responsabilidade em Geral	279
19.2.	A Responsabilidade no Direito	281
19.3.	Noção de Responsabilidade Civil	282
19.4.	Evolução da Responsabilidade Civil	285
19.5.	Fundamentos da Responsabilidade Civil	288
19.6.	Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano	289
19.7.	Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil	291
19.8.	Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial	295
19.9.	Principais Classes de Responsabilidade Civil	297
19.10.	Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa)	298
19.11.	Responsabilidade Civil Transubjetiva	301
19.12.	Responsabilidade Civil •bjetiva	301
19.13.	Responsabilidade Civil sem Dano Efetivo	303
19.14.	Responsabilidade Civil Preventiva	304
19.15.	Pré-Exclusão de Ilicitude e Responsabilidade Civil	307
19.16.	Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga	309
19.17.	Responsabilidade Civil por Ilícito Lucrativo	309
19.18.	Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual	311
19.19.	Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas	315
	JIO XX	217
	S	317
20.1.	Dano em Geral	317
20.2.	Classes de Danos	318
20.3.	Dano Patrimonial ou Material	321
	20.3.1. Perda de chance	322
20.4	Dana Maral	32/

20.5.	Dano Estético	329
20.6.	Dano Existencial	330
Capítu	JIO XXI	
Reparação Civil		333
21.1.	Dever de Reparação do Dano	333
21.2.	Direito à Reparação	335
21.3.	Espécies de Reparação	335
21.4.	Abrangência da Reparação	338
21.5.	Reparação do Dano Moral	338
21.6.	Reparação Punitiva	340
21.7.	Reparação por Fato do Homem	343
	21.7.1. Danos sociais	346
21.8.	Reparação pelo Fato do Animal	346
21.9.	Reparação pelo Fato da Coisa	347
21.10.	Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal	349
21.11.	Reparações Específicas	350
Bibliografia		353